

- 9 AGO 1994

ESTADO DE SÃO PAULO

LUIZ WEIS

Educação

# O voto vai à escola



**Sem dinheiro, imaginação nem pique, o Estado limita-se a jogar na defensiva**

As pesquisas sobre as prioridades dos eleitorado trazem uma notícia boa e duas outras ruins. A boa notícia é que, para a maioria dos entrevistados, a educação pública é o que mais importa. A demanda por ensino gratuito de boa qualidade tirou do pódio o aparentemente imbatível clamor por segurança, o mesmo que já nos deu a Rota na rua e a pena de morte de fato — sem que a criminalidade cedesse.

Quando a população pensa primeiro em escola, e não em cadeia, tem-se um avanço que merece ser saudado com rojões.

Agora, as más notícias. Uma: as pessoas tendem a acreditar que a crise da educação é um produto da ganância indevida de governantes corruptos, com a cumplicidade das elites econômicas, que desejariam manter o povo na ignorância para que não venha a lhes perturbar o bem-bom. Outra: os brasileiros continuam achando que educação é problema que cabe ao Estado resolver e ponto final. Eis aí dois enganos da mesma família, que só servem para piorar uma situação que se aproxima do insuportável.

A teoria da conspiração antipovo é uma bobagem que resulta de um mal-entendido sobre o que move (ou imobiliza) nossas elites econômicas. A confusão começa com uma verdade: entre os barões do capital, contam-se nos dedos os que têm o bom senso de sacar do talão de cheques para financiar uma biblioteca, um laboratório, um centro tecnológico ou um departamento de pesquisas como esses que vivem caindo aos

pedaços nos pernosticamente chamados *campi* universitários. Ou para patrocinar na TV uma campanha em prol da educação, como acaba de fazer uma grande companhia, com o aval da Unicef. Passa batido, porém, o fato de que a regra geral do primitivismo cívico, digno dos *robber barons* do capitalismo selvagem, é antes manifestação de miopia histórica do que de misantropia social.

Por ser o que é, permite que os empresários comecem a se curar, enxergando, enfim, onde estão seus interesses de largo alcance: inquietam-se com a miséria da educação no Brasil por perceberem que, devido ao despreparo da mão-de-obra mal educada, mesmo que tudo o mais

funcione, suas empresas vão ficar em crescente desvantagem no novo ambiente de competição global e de transformação vertiginosa do processo produtivo. Descubrem, antes tarde, que, ou o ensino público sai do vermelho, ou seus investimentos serão devorados pelos tigres e outros bichos que fizeram do adestramento para a civilização contemporânea uma prioridade nacional. Neste caso, pode-se dizer com alma leve que o que é bom para a iniciativa particular é bom para o País.

A fantasia de que existe uma tramóia pela deseducação combina com a miragem de que, impedidos os empresários de supostamente sabotar as políticas educacionais do Estado, este se aprumará naturalmente no rumo dos interesses populares, sob a forma de muitas escolas, bom ensino e melhores salários para os professores. Ora, o Estado que está aí mal se agüenta nas pernas. Sem dinheiro, sem imaginação e sem pique para fazer o que deve, limita-se a jogar na defensiva. O primeiro mandamento que parece governar a máquina do ensino público ordena: como está fica.

Um pacto pela inércia parece aproximar o sossegado mandarinato que controla os Conselhos de Educação, a burocracia voltada para o próprio umbigo, que se esparrama pelos incontáveis desvãos da engrenagem, o radicalismo conservador dos acadêmicos da pedagogia e, enfim, o

corporativismo de um magistério socialmente aviltado, cujas lideranças agem como se cultivassem uma relação parasitária com os péssimos salários pagos à categoria. Ergue-se, assim, uma barreira, que não ouso dizer seu nome, a toda tentativa de sacudir o obsoleto modelo de gestão estatal da educação. Derrubar essa barreira, só de fora para dentro.

Aí é que o carro morre. As famílias com filhos em idade escolar e muitas organizações da sociedade ainda não se deram conta de que elas são o remédio para tirar o Estado-educador da UTI. Em vez de querer dos candidatos compromissos à moda antiga com a educação, melhor fizesse o eleitorado aprendendo a exigir deles o compromisso de abrir o sistema à participação da coletividade. Trata-se de reeducar o Estado para, de um lado, dividir incumbências e, de outro, fazer bem o que lhe é próprio: definir políticas de educação que valorizem a autonomia da escola, construir e equipar salas de aula, avaliar o funcionamento da operação, premiar ou punir os responsáveis por seu desempenho — e pagar a conta.

Do contrário, o conhecido diagnóstico da antropóloga Eunice Durham, de que no Brasil o Estado gasta muito, os professores ganham pouco e os alunos aprendem quase nada, tenderá a se perpetuar com a força de uma maldição.

■ Luiz Weis é jornalista